



VIOLÊNCIA

GCM mata secretário dentro da prefeitura

Em reunião com o adjunto da Segurança do município de Osasco, agente não gostou de saber que deixaria a equipe que acompanha o prefeito e se revoltou. Testemunhas afirmam que seis disparos foram feitos

» FABIO GRECCHI
» ISRAEL MEDEIROS

Fotos: Reprodução de vídeo



Henrique (acima e ao lado) foi preso em flagrante. Antes de ser secretário, Adilson (de óculos) também foi guarda civil

O guarda civil municipal Henrique Marivaldo de Souza assassinou, ontem, a tiros, o secretário adjunto da Segurança municipal, Adilson Custódio Moreira, de 53 anos, dentro da prefeitura de Osasco, na Grande São Paulo. De acordo com informações preliminares, o crime teria acontecido por causa de um desentendimento entre eles.

Funcionários da prefeitura afirmam que houve um confronto de Henrique com Adilson em uma reunião, no fim da tarde, com guardas municipais, para tratar de assuntos administrativos. Tudo teria começado quando o agente ficou indignado ao saber que mudaria de função, apesar de, há pelo menos dois anos, integrar a equipe que faz a segurança do prefeito.

Henrique chegou a manter Adilson refém dentro da sala de reuniões, na sequência do desentendimento com o secretário, e assim que os colegas deixaram o local. Foi quando, segundo testemunhas, aconteceram os disparos — seis tiros foram ouvidos.

Por cerca de três horas, o Grupo de Operações Táticas Especiais (Gate) da Polícia Civil negociou com Henrique para que se entregasse. Enquanto era convencido a não resistir, o guarda ficou na mesma sala em que estava Adilson, já baleado. O prédio da administração municipal foi interditado.

A sede da Prefeitura de Osasco foi evacuada e cercada por viaturas policiais e ambulâncias. Às 19h32, Henrique se entregou e saiu do prédio algemado,

escortado por agentes do Gate. Foi levado por policiais militares para a Delegacia Seccional de Polícia de Osasco, onde foi autuado por homicídio. A morte de Adilson foi confirmada logo depois da prisão do guarda.

Adilson estava na secretaria há oito anos — na gestão passada, foi titular de Segurança e Controle Urbano e, depois, secretário adjunto. Antes, ele havia atuado como guarda-civil. Ia fazer 54 anos no próximo domingo e era natural de Jequitinhonha

(MG), mas mudou para São Paulo na infância. Em Osasco, ele teve uma empresa de motoboys antes de prestar o concurso para a Guarda Civil Municipal.

O novo prefeito, Gerson Pessoa (Podemos), é ex-deputado estadual e foi eleito em outubro do ano passado para suceder Rogério Lins, do mesmo partido. O ex-prefeito é, atualmente, secretário de Esportes e Lazer de Ricardo Nunes (MDB), reeleito prefeito da capital paulista. (Com Agência Estado)



Reprodução/Redes sociais



ENVENENAMENTO

Criança de 3 anos é a 3ª morta pela comida contaminada

» JULIANA SOUSA*
» VITÓRIA TORRES*

Reprodução de vídeo



Maria Lauane foi transportada de avião de Parnaíba para Terezina, mas não resistiu à gravidade da intoxicação

A pequena Maria Lauane Fontenele, de três anos, morreu na madrugada de ontem por ter ingerido comida envenenada, em Parnaíba (PI). É a terceira morte de integrantes da mesma família, que consumiu o alimento contaminado em 1º de janeiro. Além da menina, Manoel Leandro da Silva, de 18 anos, e Davi Pereira Silva, de um ano e oito meses, não resistiram à substância tóxica.

Maria Lauane estava internada na UTI pediátrica do Hospital de Urgência de Teresina (HUT) Dr. Zenon Rocha. A comida foi consumida por nove parentes de Francisca Maria Alves da Silva, de 33 anos — que segue internada no Hospital Nossa Senhora de Fátima em estado grave, com respiração mecânica. Quatro pessoas da família receberam alta.

Laudo do Instituto de Medicina Legal (IML) do Piauí confirmou que o veneno, identificado como semelhante ao “chumbinho” — usado para matar ratos e de comercialização proibida —, contaminou a comida da família. Segundo o delegado Abimael Silva, a substância foi colocada no arroz do prato que foi servido em 1º de janeiro. Antônio Nunes,

diretor do IML, informou que a substância foi despejada em grande quantidade e que seu grânulo eram visíveis.

“Não estamos indicando o nome de nenhum suspeito, pois falta esclarecer algumas circunstâncias do crime”, disse o delegado.

De acordo com as investigações, a família preparou carne,

feijão tropeiro e baião de dois na noite de 31 de dezembro, para a ceia de réveillon. Todos consumiram a comida sem dar sinais de mal-estar. Em 1º de janeiro, todos voltaram a comer as sobras do baião de dois — e poucos minutos depois começaram a sentir os sintomas do envenenamento.

Um peixe doado à família em 31 de dezembro também foi analisado, mas os exames não identificaram nenhuma substância estranha. A possibilidade de envenenamento ou deterioração da carne foi descartada e o casal fez a doação deixou de ser considerado suspeito.

Ação intencional

A Polícia Civil agora apura como o veneno foi parar no baião de dois consumido pela família. Segundo o delegado, a presença da substância tóxica no alimento não foi acidental.

“Foi colocado dentro de um alimento que, no primeiro momento, não tinha veneno e, depois, foi acrescentado”, explicou.

A substância tóxica adicionada à comida é o terbufós, inseticida e nematocida (usado contra parasitas) para controle de pragas agrícolas. Se ingerido, afeta o sistema nervoso central e interfere na comunicação entre os músculos, provocando sintomas como tremores, crises convulsivas, falta de ar e cólicas — e podem levar à morte.

O mesmo veneno foi usado, em agosto de 2023, para envenenar dois filhos de Francisca Maria — Ulisses Gabriel e João Miguel, de sete e de oito anos, morreram ao comerem caju envenenados. A suspeita do crime, Lucélia Maria da Conceição Silva, de 52 anos, era vizinha da família e foi indiciada por homicídio qualificado. Não se sabe se há relação entre os episódios de envenenamento.

* Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

INDÍGENAS

Funai reforça quadro após atentados a tiros no PR

» MAYARA SOUTO

O governo federal autorizou, ontem, por meio de uma portaria, a contratação temporária de 1,9 mil servidores pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). A determinação do Poder Executivo é por conta do conflito na aldeia da comunidade Yvy Okaju, em Guaíra (PR), que deixou quatro indígenas da etnia avá-guarani feridos por arma de fogo, na sexta-feira passada.

A Funai é a responsável por proteger e promover os interesses dos povos originários e foi cobrada a tomar atitudes mais contundentes. As vítimas dos conflitos são uma criança — atingida na perna —, um homem alvejado nas costas, outro ferido na perna e um terceiro que teve o maxilar perfurado por uma bala.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, dois dos feridos seguem internados, sendo que um deles está numa Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Para evitar a continuação do conflito, uma decisão judicial também determinou a ampliação do efetivo policial e da Força Nacional na região do confronto.

Segundo o governo, a portaria “atende a uma necessidade temporária de excepcional interesse público para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato” e deve realizar a “desintrusão de terras indígenas invadidas”. A contratação é considerada “determinante” para a fiscalização e combate às atividades ilegais nos territórios indígenas — como o garimpo e a exploração madeireira.

Em nota, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), a Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil (Arpin Sul), a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpin Sudeste) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) criticaram o suposto desinteresse das autoridades. “Os ataques dos últimos dias foram anunciados e as forças de segurança pública sabiam disso. A comunidade ficou durante horas cercada por pistoleiros, sem que nenhuma ação de proteção fosse realizada. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), com poucos servidores na região, parece estar sem capacidade de intervenção no contexto local e, quando aciona a Força Nacional, não consegue mobilizar o apoio para a comunidade”, salientam.

Ainda de acordo com as entidades ligadas aos indígenas, os atentados estariam ocorrendo desde 29 de dezembro e deixaram, ao todo, seis indígenas feridos.

» Paralisia: vacina agora é injetável

A partir deste ano, a vacina contra a paralisia infantil deixa de ser via oral e passa a ser injetável. O novo esquema inclui três doses, administradas aos dois, quatro e seis meses de idade, além de uma dose de reforço aos 15 meses. Desde novembro passado, as gotinhas deixaram de fazer parte do calendário de vacinação infantil devido às novas recomendações internacionais. O Ministério da Saúde frisa que não é uma nova vacina, mas outra forma de aplicação.